Periódico
MFN 52
ex. 2

Novembro/Dezembro de 1987

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória
Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministério da Cultura
Av. Rio Branco, 46 — 5.º andar — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.090

ISSN 0101 - 3467

SPHAN 38 *pró*Memória

MISSÕES 300 ANOS



Para comemorar o tricentenário de fundação das Reduções Jesuíticas de São Miguel, São Nicolau e São Luiz Gonzaga, o Ministério da Cultura, através da SPHAN/prόMemória, e o Governo do Rio Grande do Sul promoveram o projeto *Missões 300 Anos,* que demandou uma série de atividades culturais em todo o Estado.



IMPRESSO

A história das Reduções Jesuíticas começa nos últimos anos do século XVI, com a chegada dos padres da Companhia de Jesus à região do Prata. No período de 1607 a 1628, são fundados, à margem direita do Rio Uruguai, os primeiros Povos Missioneiros, nos quais os indígenas são iniciados em atividades agrícolas, na pecuária e artesanato. A esta primeira fase, segue-se um tempo de grandes dificuldades à sobrevivência das Reduções, assediadas pelas bandeiras paulistas, organizadas com o objetivo de levar a mão-de-obra nativa para as fazendas e engenhos que se desenvolviam no litoral. Algumas Reduções fundadas nesse período são abandonadas e posteriormente refundadas.

Em 1639, o Governo espanhol permite o armamento dos índios aldeados, que enfrentam os bandeirantes em diversas oportunidades, acarretando-lhes uma grande derrota em 1641. A partir dessa data, inicia-se um período de aproximadamente um século, no qual as Reduções se desenvolvem e se multiplicam, chegando a atingir um total de 30 Povos, nos territórios hoje ocupados pela Argentina, Paraguai e Brasil.

Especificamente em 1687, são estabelecidas as Reduções Jesuítico-Guaranis de São Miguel, São Nicolau e São Luiz Gonzaga, que integram os Sete Povos das Missões, na região que atualmente pertence ao Rio Grande do Sul. Esta parte da história missioneira recebeu, em 1987, destaque por parte do Ministério da Cultura, através da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional próMemória, e do Governo do Estado, quando da execução do projeto *Missões 300 Anos*, que comemorou o tricentenário de São Nicolau, São Luiz Gonzaga e, em especial, São Miguel, considerado, pela UNESCO, Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1983.

Reunindo esforços e conhecimentos dos técnicos da 10ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, com sede em Porto Alegre (RS), e do Governo gaúcho, *Missões 300 Anos* demandou uma série de atividades visando a retomada da identidade histórico-cultural do sul do Brasil, anterior ao processo colonizador português na região. Para seu desenvolvimento, foi nomeada pelo Ministério da Cultura uma Comissão Executiva, com o objetivo de realizar um trabalho de difusão daquele Patrimônio tombado há 50 anos.

Esta Comissão, presidida pela diretora da Coordenadoria Estadual de Museus, Evelyn Berg Ioschpe, é integrada por representantes de diversas instituições ligadas ao patrimônio cultural do Rio Grande do Sul e de órgãos federais, estaduais e municipais.

Instalada no dia 28 de setembro, em solenidade no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, a Comissão Executiva deu início às suas atividades com o lançamento, no mesmo local, do selo comemorativo *Missões 300 Anos*, que passou a integrar todos os documentos emitidos pela administração estadual pelo período de seis meses.

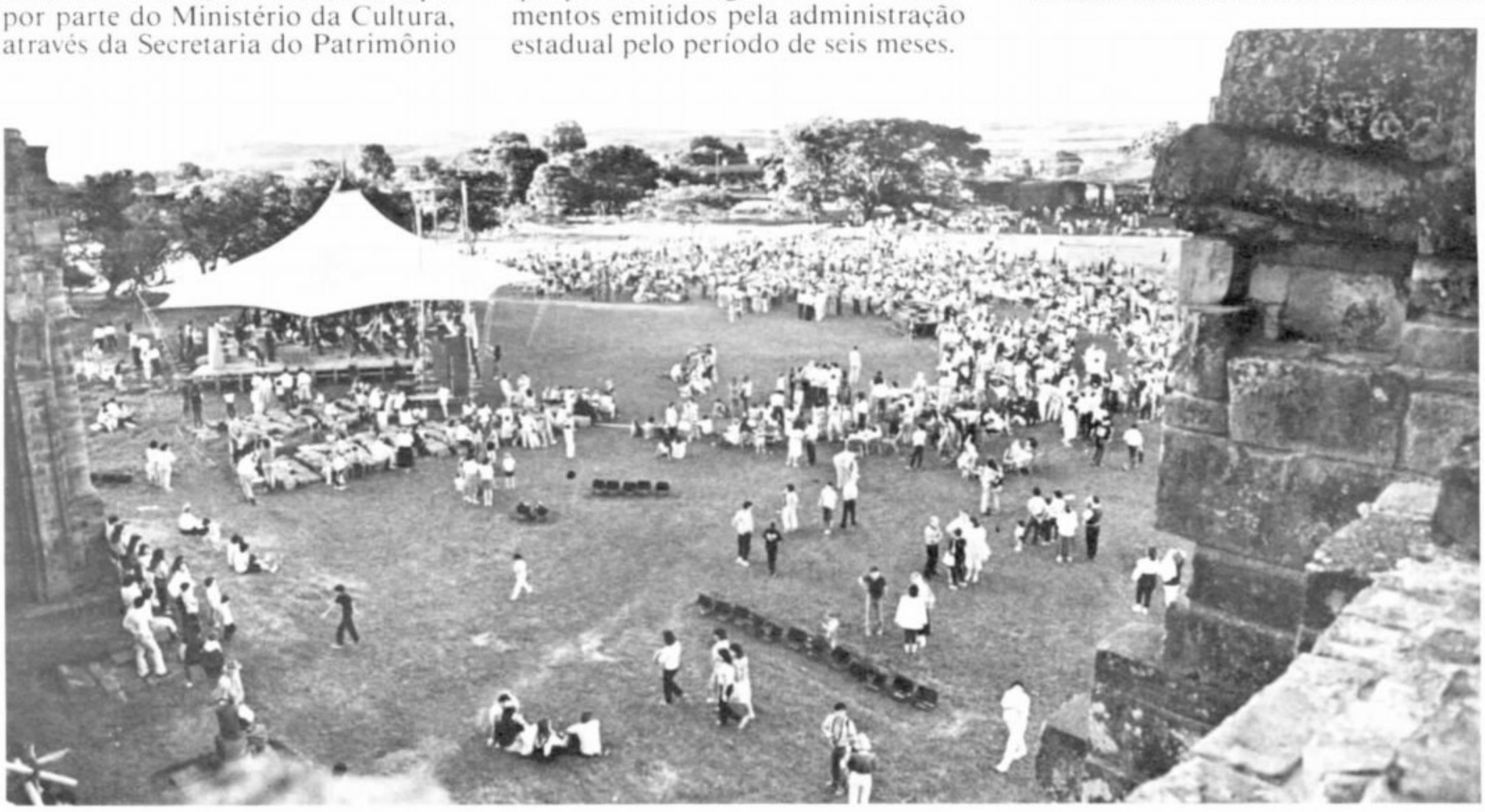
Comemorações

Grande parte da programação dos 300 Anos das Missões teve a Catedral de São Miguel, localizada no município de Santo Ângelo, como o principal referencial missioneiro — considerada a evidência material mais significativa das Missões. A Catedral foi desde o símbolo do selo comemorativo, que a exibe de forma estilizada, até tema de um concurso de fotografias.

Entre os eventos comemorativos, realizados basicamente nos dois últimos meses do ano, está a exposição "Visão do Artista", de 26 de novembro a 22 de dezembro, no Teatro Nacional, em Brasília: 10 artistas convidados por uma curadoria especializada apresentam, após apreciação "in loco" do Sítio de São Miguel, uma visão contemporânea do tema, através de gravuras, pinturas, entre outras peças. Nessa mesma exposição estão à mostra materiais resultantes das escavações arqueológicas ali realizadas.

A reinauguração do espetáculo tradicional de som e luz, que envolveu toda a área do Sítio, ocorrida no dia 5 de dezembro, foi antecedida por um concerto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre. Na ocasião, houve também o lançamento de folheto sobre São Miguel das Missões.

Entre as ações, destaca-se o trabalho desenvolvido junto à Secretaria de Educação do Estado e à Fundação Missioneira de Ensino Superior — FUNDAMES, que trata da elaboração de material didático sobre as Missões



No Sítio de São Miguel, a festa de reinauguração do espetáculo de som e luz...



...e a apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, atraindo a atenção do grande público

para integrar os livros escolares do ensino de primeiro grau de todo o Estado. Outro item que merece menção é o trabalho de formação de guias-mirins, em convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Secretaria de Educação. O objetivo desta iniciativa é fazer com que as comunidades das regiões missioneiras estejam diretamente integradas ao seu contexto e que se possam beneficiar economicamente com a exploração do turismo.

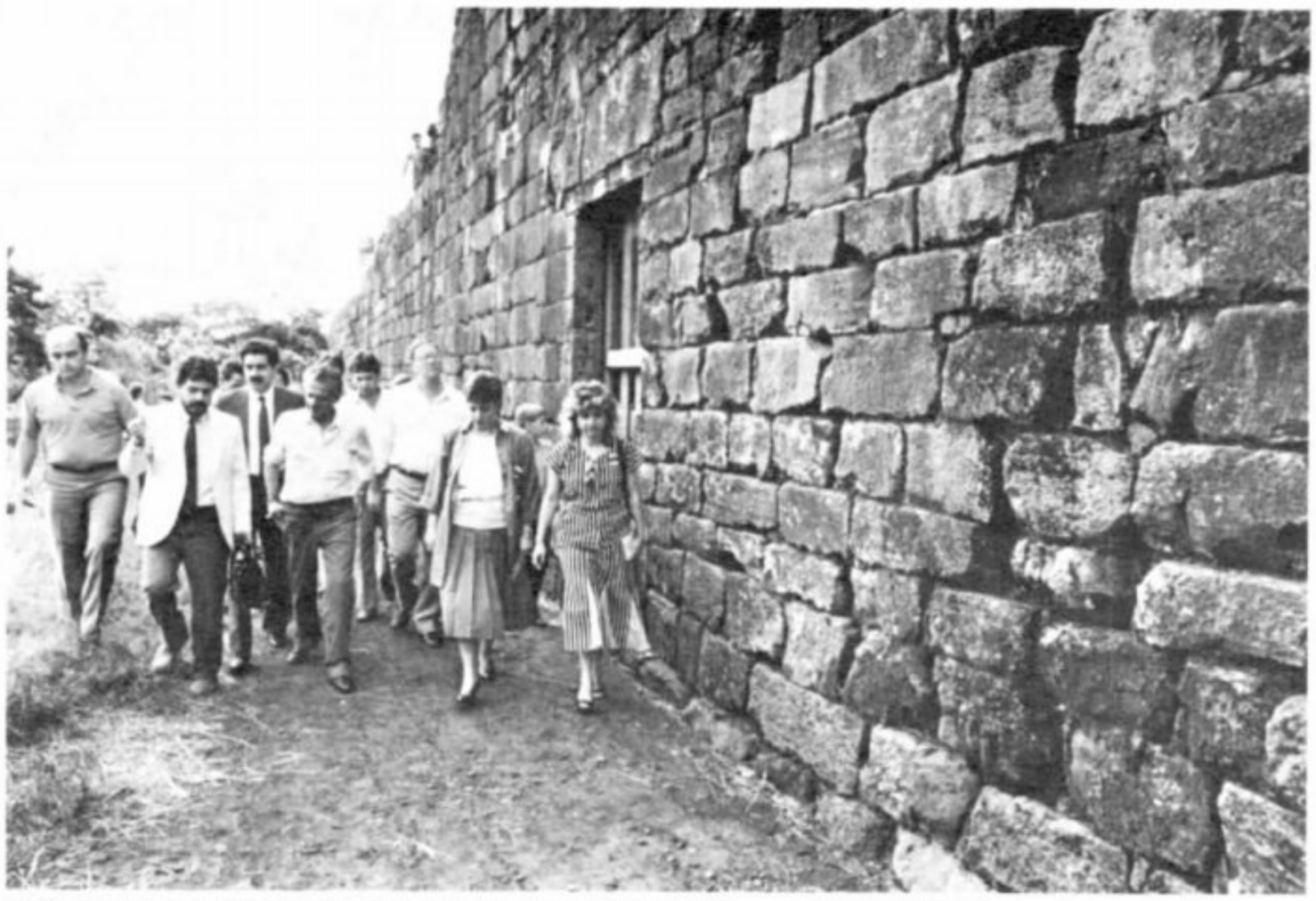
Todos os eventos desenvolveram-se com a conjugação de esforços da SPHAN/próMemória, Governo do Estado, Prefeituras onde se localizam as reduções missioneiras — especialmente do município de Santo Ângelo — e a iniciativa privada, através da Lei Sarney. É importante também ressaltar a participação comunitária, face a seu engajamento, fator determinante para o sucesso do projeto.

Algumas ações prosseguem em 88 na sua fase de consolidação. Treze publicações foram lançadas, estando previstos ainda o lançamento de mais dois livros sobre as Missões e a realização do Simpósio Internacional de Estudos Missioneiros, em Porto Alegre, reunindo Brasil, Argentina e Paraguai — países que abrigam em seus territórios remanescentes da civilização missioneira.

Trabalho conjunto

Iniciativa da 10ª DR da SPHAN/próMemória, o *Missões 300 Anos* foi apresentado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul que imediatamente se associou à idéia, levando em conta, principalmente, o potencial cultural, turístico e, conseqüentemente, econômico da região missioneira, que atrai um grande número de visitantes por ano.

"A relação de trabalho entre os organismos estaduais e federal foi muito importante para o desenvolvimento do projeto." Segundo o diretor da 10ª DR e integrante da Comissão Executiva, Luiz Antônio Volcato Custódio, foi um verdadeiro impulso à realização de futuros projetos na área do patrimônio cultural gaúcho: "O trabalho conjunto foi tão valioso que a Coordenadoria de Museus, do Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural, esteve funcionando nas dependências da 10ª DR por conta do projeto, com uma equipe de seis pessoas, o que tornou nosso trabalho totalmente integrado".



Fotos Everton Ballardin

O Secretário da SPHAN e Presidente da próMemória — centro, ao fundo — acompanha o Governador do RS — centro — em visita às Missões

50 anos de trabalho

A preocupação com o importante legado dos jesuítas, em sua relação com os índios do Alto Uruguai, não se manifesta apenas agora no tricentenário das Missões. Já em 1938, o recém-criado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — atual Secretaria — realizou o tombamento das ruínas de São Miguel, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Lourenço e São João. Nessa época foi iniciado o trabalho de consolidação das ruínas de São Miguel, pelos arquitetos Lucas Meyerhoffer e Lúcio Costa, que ali, inclusive, projetou o Museu das Missões, ao lado da Catedral de São Miguel.

Na década de 60, a SPHAN realizou obras de consolidação na frontaria e sobre os maciços da Igreja. Em 1978/79 começou a ser articulado um trabalho que desencadeou todas as obras que estão sendo desenvolvidas agora: a partir da detecção de um desaprumo na frontaria da Catedral, a SPHAN/próMemória, juntamente com a UNESCO, realizou um estudo detalhado de toda a ruína. Após esta etapa — 80/81, as obras não pararam mais.

Além da estabilização da Igreja, concluída em agosto de 87, foi feita a recomposição do telhado do Museu e sua reestruturação interna, com a distribuição do acervo de maneira mais eficiente e confecção de painéis com textos explicativos.

O Museu das Missões guarda cerca de 100 peças, entre fragmentos de pedras das Reduções e estatuária em madeira. Algumas estão sendo recuperadas no laboratório de restauração da 10ª DR, como uma imagem da Virgem da Assunção, também conhecida como Nossa Senhora da Conceição, a maior do Museu. Esta peça foi motivo de uma mostra didática, de 6 de dezembro a 6 de janeiro, junto a mais três exposições sobre o tema *Missões,* no Centro Cultural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a proposta de levar ao conhecimento público os critérios que a SPHAN/próMemória vem utilizando para tratar a preservação da estatuária sacra no sul do Brasil.

A exposição contou com uma seqüência de informações sobre o processo técnico de recuperação da imagem. Na opinião do consultor técnico da 10ª DR, Júlio Curtis, "é um trabalho pioneiro de recuperação sistemática da imaginária missioneira, que comprova a tradição preservacionista do Rio Grande do Sul". Segundo ele, "só se protege o que se ama, mas só se ama o que se conhece".



Centro Histórico de João Pessoa será revitalizado

Os Governos brasileiro e espanhol vêm concentrando esforços e somando recursos na tarefa de preservar o patrimônio cultural do país. A cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, foi beneficiada no âmbito dessa política, a partir de convênio assinado entre os dois Governos para a realização do estudo de revitalização de seu Centro Histórico. O estudo, publicado em 10 volumes e realizado por uma equipe constituída por técnicos do Instituto de Cooperação Íbero-Americana da Espanha, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional próMemória do Ministério da Cultura, do Governo da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa, foi entregue no dia 20 de novembro ao Ministro da Cultura e ao Embaixador da Espanha no Brasil, em solenidade realizada em João Pessoa. Na ocasião, outro convênio foi assinado, visando beneficiar algumas obras indicadas no estudo, e, através de um decreto do Governo do Estado, foi criada a Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa.



Praça de São Francisco

A necessidade de um tratamento mais adequado aos centros históricos urbanos, que vêm sofrendo ao longo de sua evolução profundas transformações e conseqüente degradação, e o interesse em sua conservação e recuperação como um patrimônio social coletivo vêm sendo compartilhados a nível internacional por uma série de países e instituições. Além disso, a convicção de que a análise e o estudo conjunto desses centros urbanos constitui uma via de entendimento, comunicação e conhecimento mútuo, levou o Ministério da Cultura e o Instituto de Cooperação Íbero-Americana da Espanha a realizar o Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, na Paraíba.

O estudo de João Pessoa possui três objetivos básicos: a recuperação e revitalização do Centro Histórico da cidade, de características históricas, geográficas e arquitetônicas singulares, que atualmente se encontra gravemente ameaçado em sua estrutura urbana por um violento processo de decomposição, substituição e destruição de sua identidade; a qualificação e formação mútua dos integrantes da equipe, dotando-os de experiência na resolução da problemática de revitalização dos conjuntos urbanos de características histórico-artísticas e, em particular, de técnicos com um bom conhecimento da cidade de João Pessoa, que deverão fazer parte de um escritório permanente do Centro Histórico, incorporado às instituições da Prefeitura e do Estado; e, como terceiro objetivo, não menos importante, encontrar uma via e uma linguagem comum pela qual brasileiros e espanhóis possam se conhecer e se comunicar, descobrindo e percorrendo conjuntamente novos caminhos de entendimento.

Metodologia

O estudo do Centro Histórico de João Pessoa foi realizado em três fases correlacionadas, perseguindo um objetivo de revitalização integral, levando em consideração sua economia, suas atividades, seus problemas sociais e de habitação, como fatores inseparáveis frente a uma programação e planificação para o futuro. Na primeira fase, de informação, foram compilados e processados todos os dados históricos, sociológicos, econômicos, físicos, estruturais, entre outros, da edificação e da estrutura urbana, para se poder chegar a um diagnóstico fundamentado de quantos e quais problemas estão afetando o Centro Histórico. A segunda fase consistiu na formulação do diagnóstico propriamente dito, tanto de aspectos físicos como sócio-econômicos; e na terceira, de propostas e regulamentação, foram formuladas as ações diretas para a conservação e revitalização, normas e projetos de intervenção. A área de estudo do Centro Histórico de João Pessoa abrange uma superfície de 117 hectares de solo urbano consolidado com 2.193 lotes, dos quais 2.087 se encontram edificados.

Obras

O convênio assinado no dia 20 de novembro, entre o Instituto de Promoção Cultural do Ministério da Cultura, a SPHAN/prόMemória e o Governo do Estado da Paraíba, destina Cz$ 20 milhões — sendo parte dos recursos financiados pelo Governo da Espanha — à primeira etapa de implantação do Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa, com a execução de obras ali programadas.



Igreja de São Bento

Além de recuperar importantes edificações e espaços públicos da cidade, tais obras "buscam ter um efeito demonstrativo perante as mais diversas camadas da população", segundo informou o responsável pelo Escritório Técnico da SPHAN/prόMemória na Paraíba, José Saia. Estão sendo preparadas apresentações com o objetivo de discussão e divulgação do projeto. A intenção é incorporar os segmentos sociais ao processo de recuperação da estrutura urbana e não apenas impor uma série de medidas restritivas às atividades e hábitos já sedimentados. As intervenções propostas foram indicadas por sua urgência e por sua adequação à estratégia formulada, sendo sugeridas pelo Governo do Estado e Prefeitura Municipal.

As obras abrangerão a pavimentação, arborização, iluminação e dotação de equipamentos para a Praça de São Francisco, localizada em frente ao conjunto formado pela Igreja de São Francisco e Convento de Santo Antônio, que ocupam posição de destaque dentro do acervo barroco de João Pessoa. O Convento encontra-se em fase final de restauração; dele fazem parte a Fonte de Santo Antônio e o Horto, que também serão beneficiados nesta etapa do projeto. Com uma área de aproximadamente sete hectares e remanescentes de árvores frutíferas típicas da região, o Horto encontra-se abandonado atualmente. O objetivo é retomar sua função original, de lugar onde se encontram, além das frutas, ervas medicinais, essências e temperos, que constituem um dos traços característicos da cidade e que vem sendo alterado pela especulação imobiliária, com a crescente destruição dos quintais.

A Praça Dom Adauto, situada em frente às Igrejas Carmelitas, também será remanejada, para que tenha uso compatível com sua finalidade de área de lazer e descanso — atualmente, está comprometida por sua utilização como estacionamento de automóveis.

A transformação da Igreja de São Bento, que se encontra fechada e sem uso, em sala de concertos e reuniões é também prevista no convênio. Localizada no centro da cidade, entre seis outras igrejas, sua recuperação com uma nova finalidade justifica-se por não haver necessidade de atividade religiosa na área, além de dotá-la de um novo espaço de lazer.

Comissão

A Comissão de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, criada através de decreto pelo Governo do Estado da Paraiba, tem como atribuições fiscalizar a implantação do projeto e estender a metodologia do mesmo a outras áreas que tenham interesse, uma vez que a parte beneficiada até agora foi a mais antiga da cidade. Existem em João Pessoa outras áreas também importantes que poderão vir a ser contempladas com estudos semelhantes ao realizado.

A Comissão é integrada por técnicos do Ministério da Cultura, de seu Instituto de Promoção Cultural e da SPHAN/prόMemória, do Governo da Paraíba, da Prefeitura Municipal de João Pessoa e pela equipe que elaborou o projeto.

Praça Dom Adauto



Horto São Francisco



Fotos Arquivo 4ª DR

Brasília, Patrimônio da Humanidade

Brasília, a moderna capital brasileira, planejada e construída há apenas 30 anos, é Patrimônio Cultural da Humanidade. A decisão foi tomada pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura — UNESCO, em sua reunião plenária anual, ocorrida em Paris, na França, entre os dias 7 e 12 de dezembro. Aguardada com ansiedade, a medida representa um feito inédito, uma vez que até hoje nenhum conjunto moderno havia sido incluído na Lista do Patrimônio Mundial. A inexistência de critérios para uma decisão nesse sentido confere ao título uma importância ainda maior: Brasília é a cidade mais nova do mundo a ser preservada como Bem Cultural da Humanidade.



Vista parcial do Congresso Nacional

A exemplo de Ouro Preto (MG), Olinda (PE), das Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul, do Centro Histórico de Salvador (BA), do Santuário de Bom Jesus, em Congonhas (MG), e do Parque Nacional de Iguaçu (PR), no Brasil, e de outras 300 localidades em todo o mundo, a capital brasileira, ou mais especificamente, o Plano Piloto de Brasília, passa a integrar a Lista do Patrimônio Mundial por seu "valor universal e excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência", segundo a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela UNESCO e em vigor desde 1975. A salvaguarda e proteção dos bens incluídos na Lista, de acordo com a Convenção, é de responsabilidade do Governo do país onde os mesmos se encontram e de todos os demais Governos que dela participam.

Um longo caminho foi percorrido até o reconhecimento de Brasília como Monumento Mundial. A origem desse processo remonta a 1980, quando o ex-Secretário de Cultura, Aloísio Magalhães, iniciou gestões para a criação de um grupo de trabalho com a finalidade de estudar formas de proteção do patrimônio da cidade que, nas palavras do ex-Secretário, é considerada "a concretização do pensamento urbanístico internacional dos anos 50". A diferença entre Brasília e as cidades históricas tradicionais fez com que se buscasse um tratamento adequado e específico, pela dificuldade de se lançar mão dos instrumentos legais de preservação até então utilizados.

Foi criado então, em fevereiro de 1981, o Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Brasília, reunindo representantes da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional próMemória, do Governo do Distrito Federal e Universidade de Brasília. Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura, foi firmado um Protocolo de Cooperação Mútua entre essas instituições.

Os estudos desenvolvidos pelo Grupo abrangem todo o Distrito Federal, não só a área conhecida como Plano Piloto de Brasília, mas também os acampamentos de obra projetados pelas firmas que construíram a cidade, as sedes de fazendas e cidades antigas que existem na região desde antes da construção da capital e serviram de apoio na realização dessa empreitada, assim como a paisagem natural, presença

marcante em toda essa realidade. Tais estudos têm por base inventários, análises, pesquisas feitas junto à população, a bibliografia e cartografia sobre Brasília, como também discussões com os diferentes meios técnicos da cidade e especialistas estrangeiros consultados pelo Grupo com essa intenção.

De acordo com a coordenadora do Grupo de Trabalho, Briane Bicca, a tarefa de preservar Brasília deve corresponder à sua característica de cidade nova ainda em construção, ao seu dinamismo e à convivência entre o novo e o antigo, representado pelas manifestações vernáculas da região Centro-Oeste, encontradas nas cidades-satélites de Brazlândia e Planaltina. Dessa forma, Brasília pressupõe um tratamento específico, segundo a arquiteta, "para que sua preservação se faça de maneira dinâmica e contemporânea", de forma a não impedir seu crescimento, natural a qualquer núcleo urbano.

Do conjunto do patrimônio histórico, cultural, natural e urbano do Distrito Federal, Brasília, ou o Plano Piloto, é a parte mais importante, como expoente da arquitetura e do urbanismo moderno, a lhe conferir projeção internacional. Visando a proteção desse espaço, o Grupo propôs o estabelecimento de três zonas de preservação, com diferentes níveis de controle legal: a primeira trata do Plano Piloto, projetado pelo arquiteto Lúcio Costa para tornar-se a capital do país; a segunda, adjacente a essa área, tem a função de preservá-la, para que sejam conservadas as características fundamentais de seu desenho original e, a terceira, constitui-se na zona de preservação periférica do conjunto.

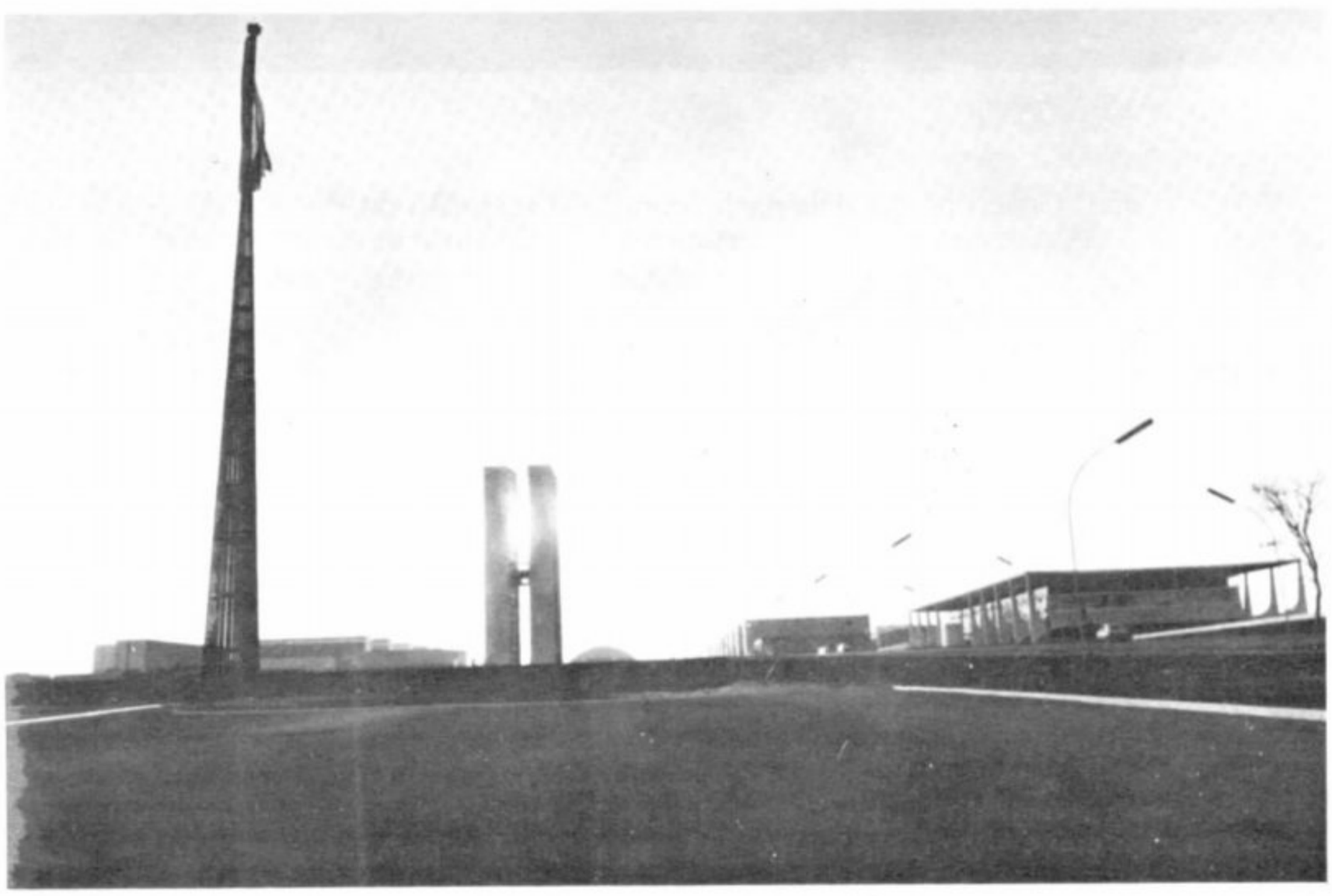


Eixo Monumental, Asa Sul

Foi também elaborada uma série de categorias de análise do espaço, em função de sua caracterização arquitetônica, atingindo todos os fatores significativos da configuração da cidade, como sítio físico, bairros, planta baixa, silhueta, tipologia das edificações, estrutura interna do espaço e elementos acessórios.

Legislação

Com base na análise sobre o plano físico da cidade e na pesquisa sobre a documentação a seu respeito, o GT-Brasília iniciou estudos com o objetivo de formulação de instrumentos legais necessários à preservação do Plano Piloto, bem como de todos os outros componentes do patrimônio do Distrito Federal, sendo esta uma das metas previstas quando da formação do Grupo.



Praça da Bandeira, localizada no Eixo Monumental Leste



Palácio da Justiça

Fotos Arquivo SPHAN/próMemória



Centro de Convenções

Em dezembro de 1985, o Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, solicitou à UNESCO a inclusão da cidade na Lista do Patrimônio da Humanidade. Um vasto dossiê foi preparado pelo Grupo de Trabalho de Brasília, a pedido do Ministério das Relações Exteriores, de modo a trazer justificativas para o atendimento da solicitação do Governador. O dossiê inclui o trabalho elaborado pelo Grupo, acompanhado de mapas, desenhos e material fotográfico, o Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa para Brasília—1957, desenhos de Oscar Niemeyer para os prédios da nova capital, além de documentos de análise sobre a cidade feitos por Lúcio Costa, pelo consultor técnico da SPHAN/próMemória, Augusto Carlos da Silva Telles, e por ténicos do Governo do Distrito Federal.

O Bureau do Comitê recomendou a inscrição de Brasília, reconhecendo o valor do trabalho apresentado pelo Grupo, mas sob a condição de que as autoridades brasileiras adotassem uma legislação própria para assegurar a proteção desse espaço. O representante brasileiro junto ao Comitê informou que a legislação estava sendo elaborada e deveria chegar ao Secretariado do Comitê durante o outono europeu de 1987.

Um anteprojeto de Legislação de Preservação do Patrimônio de Brasília foi elaborado pelo Grupo, em conjunto com a Consultoria Jurídica da Procuradoria Geral do Distrito Federal. Porém, a proposta de legislação de proteção encaminhada à UNESCO não foi essa, mas sim o Decreto nº10.829, baixado pelo Governador do Distrito Federal a 14 de outubro de 1987, que regulamenta o artigo 38 da Lei nº 3751, de 13 de abril de 1960, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília.

O Decreto protege somente o Plano Piloto de Brasília, conforme seu artigo primeiro, tratando-o através das escalas definidas por Lúcio Costa no projeto original: escalas monumental, residencial, gregária e bucólica. Nele, o Plano Piloto tem por limite a orla do Lago Paranoá, que margeia a cidade, e as áreas de expansão contempladas no documento "Brasília Revisitada — complementação, preservação, adensamento e expansão urbana / 1985-1987", de autoria de Lúcio Costa, incluído como matéria do Decreto.

A proposta de preservação elaborada pelo Grupo, que se apresenta atualmente em forma de lei, será enviada para apreciação no Congresso Nacional no início dos trabalhos legislativos do ano que vem, conforme manifestação do Governador do Distrito Federal.

Sistema garante participação na política museológica

Garantir a participação da comunidade museológica nacional na definição da política para o setor. Essa é a diretriz que norteia as ações do Sistema Nacional de Museus — SNM —, implantado pelo Ministério da Cultura e que, em pouco mais de um ano de existência, já apresenta resultados positivos em termos de um novo tratamento para as questões relativas aos museus do país.

Vinculado à SPHAN/próMemória, através de uma Coordenadoria, e contando com o seu apoio técnico-administrativo para o desenvolvimento de suas atividades, o SNM vem procurando imprimir uma filosofia de trabalho visando a descentralização da política museológica, por meio de uma participação efetiva das unidades da Federação na discussão e definição das ações a serem empreendidas.

A participação é assegurada pelo Comitê da Coordenadoria do SNM, integrado por representantes dos Estados e Territórios, dos museus vinculados à SPHAN/próMemória e à Fundação Joaquim Nabuco e por um delegado do Conselho Federal de Museologia.

É no Comitê que os projetos, elaborados pelas unidades museológicas interessadas, a partir das necessidades dos diferentes contextos sócio-culturais, são apresentados, discutidos e priorizados, de acordo com as normas do SNM, que tem procurado privilegiar iniciativas de revitalização de museus espalhados pelo território nacional. O apoio oferecido pelo SNM se dá através do aporte de recursos financeiros e de assistência técnica, como o treinamento de mão-de-obra para gerenciá-los.

O Comitê não trata apenas da apreciação de projetos (ver fluxograma de encaminhamento); a ele cabe, ainda, entre outras atribuições, definir diretrizes gerais de orientação para o cumprimento dos objetivos do SNM e propor modificações e medidas de aprimoramento do Sistema. Presidido pelo Coordenador do SNM, o Comitê reúne-se, ordinariamente, duas vezes por ano.

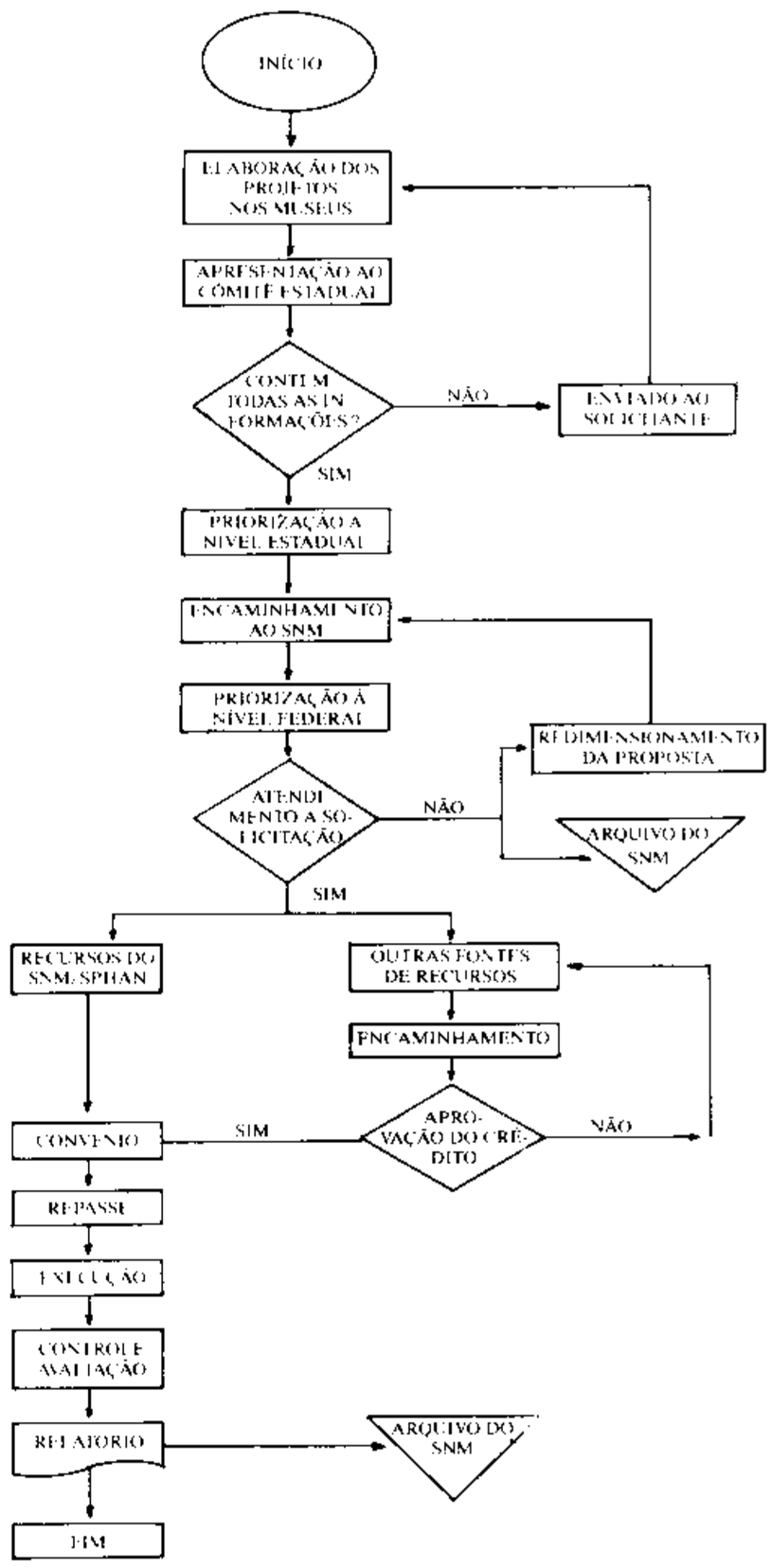
O SNM empreende, também, por intermédio de uma comissão de editoração, esforços no sentido da edição de bibliografia para suprir a carência do setor museológico em títulos especializados. Exemplos dessa iniciativa são a edição da monografia *Museu/Escola e Comunidade: uma Integração Necessária,* de Maria T. Moura Santos, e a tradução de dois textos estrangeiros — *Le Musée et la Vie* e *Good Show! A Practical Guide for Temporary Exhibitions* — para futuras edições.

Projetos

Em 1987, segundo informações da Coordenadoria do SNM, 58 projetos foram aprovados, envolvendo recursos da ordem de Cz$ 12 milhões, contra apenas 18 no ano anterior e Cz$ 3 milhões aplicados. Para 1988, diante dos resultados obtidos, a previsão de recursos financeiros a serem aplicados pelo SNM gira em torno de Cz$ 50 milhões, numa demonstração de que o Sistema vem alcançando os seus propósitos junto à comunidade museológica nacional.

A Coordenadoria do SNM funciona no edifício-sede do Ministério da Cultura, em Brasília: Setor Bancário Norte — Quadra 02 — Bloco F — Ed. Central Brasília, 4.º andar — DF — CEP 70.040 — Fone: (061)214-6146.

ENCAMINHAMENTO DE PROJETOS AO SNM



Um museu percorre o Rio São Francisco



Foto Arquivo SNM

Um dos projetos apoiados pelo SNM é o Museu Fluvial do Rio São Francisco, elaborado pela Superintendência de Museus da Secretaria de Cultura de Minas Gerais, com o objetivo de desenvolver um trabalho sócio-cultural junto às comunidades dos municípios do Alto-Médio São Francisco, através de ações que visam, fundamentalmente, colocar a cultura em condições de subsidiar o planejamento e a consumação do desenvolvimento econômico, político e social nessas populações.

O Museu dispõe de bases fixas de apoio sediadas nas cidades da região, como Pirapora, Januária e São Francisco, e de uma base móvel, representada pela barcaça *Benjamin Guimarães* — ela própria, um objeto museológico, pois se trata do único exemplar remanescente das *gaiolas* do São Francisco — recuperada pela Companhia de Navegação do Vale do São Francisco, sua proprietária, e destinada a exposições itinerantes — a mostra sobre a restauração da embarcação é um exemplo — e ações culturais, ao longo do curso navegável do rio, em Minas Gerais (ver ilustração do percurso).

Até o momento, três viagens foram empreendidas na região. A primeira, por terra, teve caráter exploratório e de preparação para o início do projeto — uma equipe realizou prospecções para um maior conhecimento da realidade local, através de contatos diretos com as comunidades, representadas pelas Prefeituras Municipais e lideranças da sociedade civil, apresentou a proposta do Museu e solicitou sugestões que deram base à elaboração das programações levadas a cabo nas viagens seguintes, batizadas de Itinerários do Museu Fluvial do Rio São Francisco.

O primeiro itinerário, realizado em fevereiro último, durou 15 dias e teve caráter experimental, durante o qual foram promovidas atividades de cunho técnico-científico, através de palestras e debates, nos quais foram discutidos problemas relativos à saúde, ensino e ecologia enfrentados pelas populações locais.

Feita a avaliação do primeiro, a equipe envolvida no projeto preparou a programação do segundo itinerário, realizado em setembro passado, durante 11 dias. Com base em oficinas de atividades definidas a partir da realidade local, o Museu promoveu ações nas áreas de saúde e preservação ambiental e cultural, de artes plásticas, de museologia, nas quais foi discutido o papel dos museus da região em busca de sua identidade, e de música, onde foram pesquisados os instrumentos musicais característicos da região. Foram também realizadas oficinas no setor de bibliotecas, visando repassar às comunidades informações sobre processos editoriais, restauração e conservação documental e funcionamento de bibliotecas; no de teatro, com o objetivo de incentivar a formação de grupos locais, e no de literatura, tomando como ponto de partida os assuntos regionais.

Objetivo

Em síntese, as ações desenvolvidas visam a preservação de bens culturais e simbólicos essenciais à vida e à identidade do Vale do São Francisco, uma região reconhecidamente carente, possibilitando a retomada e o desenvolvimento de sua produção, quando esta se mostra importante para a população local. Valorizando os traços culturais, reconhecendo-os e dominando-os em seu proveito, as comunidades estarão em condições de conferir ao seu desenvolvimento uma feição particularizada que lhes permitirá participar da decisão de seu próprio destino.

O projeto pretende, portanto, entre outros objetivos específicos, "incentivar o uso do patrimônio cultural para subsidiar de forma positiva o planejamento e a consumação do desenvolvimento econômico, político e social das comunidades envolvidas, entendendo-se a cultura como um operador da realidade em condições de captar as práticas e soluções engendradas pelos diversos segmentos da sociedade local, bem como suas carências, anseios e possibilidades e sobre estes conhecimentos — com amplo e real envolvimento das representações sociais — descobrir vias alternativas para um desenvolvimento coerente e não subordinado", conforme explica a coordenadora do SNM, Priscila Freire.

Para a implementação do projeto, a utilização do rio São Francisco mostrou-se essencial, por se tratar do elemento aglutinador das referências de identidade da região, para ele convergindo as atividades sócio-econômico-culturais. A barcaça possibilita o deslocamento pelo curso do rio e, conseqüentemente, a apreensão da dinâmica da região, através da qual pode-se perceber o movimento de criação, transmissão e reformulação, que é a cultura. "E, com base na cultura, refletir com os seus produtores locais nas questões vitais da região: o ambiente natural e construído, a saúde, o trabalho, as tecnologias populares, o artesanato, a religiosidade, o lazer, os costumes, a vida familiar, a alimentação, o vestuário, entre outras".



SPHAN/próMemória realiza inventário de bens culturais

1988 será o ano nacional do inventário na área do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A SPHAN/pró-Memória, que há muito percebe a necessidade de conhecimento de todos os bens culturais, móveis, imóveis, integrados ou documentais, que a ela estão ligados, dará total atenção à tarefa de pesquisa e identificação do seu objeto de trabalho, utilizando, para isto, todo o seu potencial técnico — prático e teórico.

Parte deste trabalho, relativo aos bens móveis — imagens, altares, pratarias, etc — e integrados — pinturas de interiores, entre outros, foi iniciado há 2 anos, através da Coordenação Nacional de Inventários de Bens Móveis e Integrados, que adota o princípio básico de que o conhecimento efetivo do que se possui é o primeiro passo, necessário e imprescindível, a qualquer política de preservação. Partindo do pressuposto de que os bens móveis conservados em museus constituem universo específico, portanto com metodologias próprias de inventários, a Coordenação concentrou sua atenção, prioritariamente, no universo dos bens conservados nos locais de origem, constituídos no Brasil, em sua maioria, por edificações de caráter religioso.

As diretrizes adotadas levaram em consideração problemas específicos como a geral ausência de arrolamentos ou simples registros anteriores, a carência de dados históricos específicos sobre as peças, pela falta de pesquisas especializadas, as insuficientes condições de segurança em monumentos religiosos, e, finalmente, o precário estado de conservação em que se encontram, dado à ausência de cuidados apropriados dos proprietários, sem condições técnicas e financeiras para este tipo de trabalho. Segundo os técnicos que atuam nessa área, uma parte dos problemas estará solucionada daqui para frente, com a resolução da SPHAN/próMemória de que cada monumento a ser tombado deverá conter, previamente, o inventário das peças a ele pertencentes. Isto só foi possível em pequena escala, desde a criação da SPHAN/próMemória — 1937, em virtude da urgência de se tombar os bens imóveis para protegê-los da degradação iminente.

De acordo com projeto da Coordenação, o inventário constitui arma poderosa e eficaz contra roubos e alienações de caráter diverso, especialmente vendas ilícitas, que se tornaram constantes em muitos países com o desenvolvimento do comércio de antigüidades e obras de arte. "Paralelamente, pela própria valorização do objeto decorrente de seu arrolamento em inventário, é natural que, a curto prazo, um zelo maior dos proprietários contribuirá para a diminuição dos riscos de mutilações ou deteriorações de caráter diverso e, num prazo maior, se adotem medidas de proteção eficazes, incluindo projetos amplos de restauração para os Estados e regiões", acrescenta a coordenadora de Inventários, Miriam Ribeiro.

Metodologia

Para iniciar suas atividades, em 1985, a Coordenação de Inventários contou com a colaboração da Fundação Vitae de Apoio à Cultura, que já vinha financiando projetos dessa natureza em outros países. O primeiro Estado escolhido para ser alvo do projeto foi Minas Gerais. Lá, em 111 monumentos, estão 70 por cento dos imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em todo o Brasil. O Estado foi dividido em sete módulos: o primeiro, único inteiramente concluído, foi a região metropolitana de Belo Horizonte. O destaque ficou para Sabará, que, do total de 1700 peças inventariadas em 10 meses, possui 1004.

Segundo a Coordenação, existem, metodologicamente, a nível internacional, dois tipos de inventários: um sumário e outro científico. As experiências anteriores de alguns dos profissionais envolvidos determinaram que a metodologia a ser empregada deveria englobar os dois requisitos, proporcionando análises mais detalhadas das peças. As fichas de inventário, consideradas instrumento fundamental para este trabalho, destacam em *campos* específicos a localização da peça, a identidade, o nome — quando existe —, a época e a origem, que são os dados de reconhecimento. Os dados físicos e históricos são: materiais e técnicas utilizados para a confecção da peça, descrição, número do processo de tombamento, condições de segurança em que se encontra; e a parte analítica, onde se detalha o estado de conservação, se sofreu restauração, características técnicas e iconográficas, dados históricos minuciosos e referências bibliográficas.

A Coordenação de Inventários vem trabalhando com 16 pessoas, em duas equipes: uma de campo, com 5 integrantes, e outra na sede, no Rio de janeiro, com 11. O primeiro passo é a pesquisa histórica feita no Arquivo Central e na Biblioteca Noronha Santos, ambos da SPHAN/próMemória. Os dados são remetidos à equipe de campo — integrada por um historiador, um museólogo, um estagiário, um fotógrafo e um restaurador — para trabalhos de emergência, que executam a parte prática do inventário.

Instalados de maneira simples no monumento, eles identificam todas as peças, fotografando-as, limpando-as e preenchendo as fichas que são enviadas para a equipe do Rio. Esta faz a análise e o processamento do material, com a tradução das informações numa linguagem mais homogênea. As dificuldades para a execução do trabalho de campo são as mais variadas: "Em primeiro lugar, é feita uma reunião com os principais líderes da comunidade para explicarmos a nossa atuação. Depois, fazemos contato com o zelador do imóvel a ser estudado, figura fundamental para apoiar nossa atividade, já que muitas das peças não se encontram lá e sim nas casas da vizinhança. São, muitas vezes, jóias que, por motivo de segurança, ficam em poder dos religiosos. A remoção das peças também é outro problema. Algumas, na maioria dos séculos XVIII, XIX e parcela do XX, são muito grandes e necessitam de limpeza ou algum reparo, pois o estado de conservação nem sempre é bom", esclarece o responsável pela equipe de campo, Olinto Rodrigues.



Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté — MG, com a equipe de campo



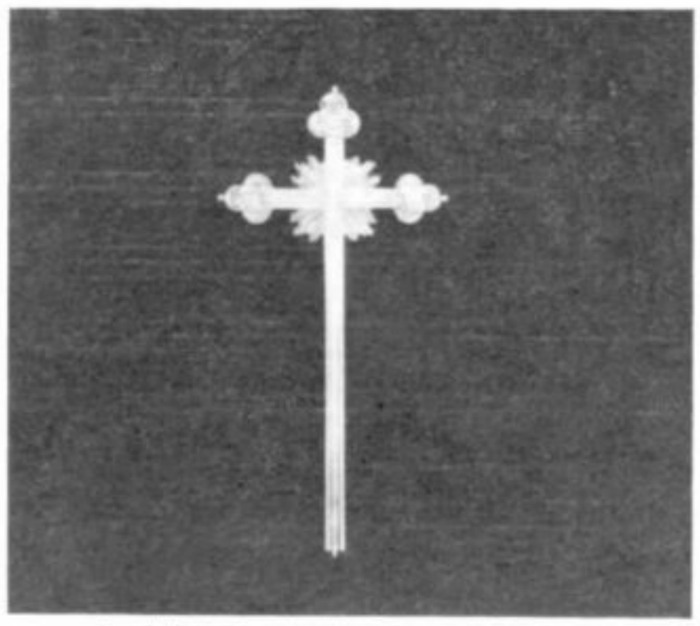
...púlpito

O trabalho de campo, segundo a Coordenação, foi favorecido pelo apoio conseguido junto à Fiat Automóveis, através da Lei Sarney, que fez a doação de um carro, especialmente para o projeto, no qual a equipe percorre as cidades.

Produtos finais

Os produtos finais do inventário são, em primeiro lugar, as fichas definitivas, revisadas e incluindo fotografias originais das peças. Em seguida, são preparadas brochuras contendo cópias das fichas da cidade pesquisada, com o total das peças inventariadas por monumento, a bibliografia geral utilizada na pesquisa e uma cronologia histórica do monumento. As brochuras são confeccionadas em três vias, encaminhadas ao proprietário do imóvel, à Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, responsável pelos bens tombados no Estado em que estão inseridos, e ao Arquivo Central da SPHAN/próMemória, à disposição do público para consultas.

Para etapas posteriores, estão previstos produtos como catálogo dos objetos inventariados, dicionário de iconografia, com personagens — santos — da arte colonial mineira e um glossário de termos artísticos, ornamentais. A Coordenação de Inventários de Bens Móveis e Integrados pretende ainda treinar e formar profissionais especializados nas diversas áreas relacionadas com bens móveis, para prestar serviços de assessoramento técnico.



...e painel da Matriz da Conceição, em Sabará — MG



Imagem de Sant'Ana Mestra...



Cruz de prata da Igreja do Carmo, também em Sabará

Fotos Coordenação de Inventários

Democracia: coisa de museu?

Vila Mariana é um bairro de classe média baixa, próximo a bairros operários da região metropolitana de São Paulo, que, de certo modo, pode se sentir privilegiado. Afinal, quantos bairros com essas características abrigam, no Brasil, uma casa de cultura interessada em ser uma instituição a serviço de parcelas da população não beneficiadas social e culturalmente? Com ateliers e laboratórios públicos inéditos no país, nas áreas de artes visuais, canto coral, linguagem, fotografia, cinema, música e redação, dando ênfase ao ensino prático e objetivo, com perspectivas, para quem aprende, de aplicabilidade imediata?

Tudo isso parece um pouco fora do real conhecido, sensação que se acentua quando se descobre que existe ainda naquele local uma preocupação muito grande com o verde e com a democracia. Isso mesmo, com a gestão democrática de um espaço museológico.

Para mergulhar fundo nesse tema, a SPHAN/prόMemória ouviu o diretor do Museu Lasar Segall, desde sua criação em 1970, Maurício Segall.



Sala 1, de exposições



Depósito de acervo

— O que vem a ser a gestão democrática do Museu Lasar Segall?

MS — Não precisa se falar muito nas vantagens da democracia. Democracia é antes de tudo um processo participativo, que não se limita apenas ao voto. O voto é apenas parte de um processo democrático. E participar resulta na catalisação de uma energia coletiva para objetivos comuns. No Museu, esse processo vem sendo implantado há algum tempo. Tem sido antes de tudo gradativo e progressivo, para que seja sólido.

— Como esse processo funciona?

MS — Nós temos nos reunido em assembléia e todos os problemas têm sido discutidos em conjunto e abertamente, para que, principalmente, se acabe com o mistério, que gera rumores e suposições. Hoje, o Lasar Segall é um museu sem mistérios. Um museu no qual tudo é discutido, e que possui um colegiado, composto pelos chefes de departamento e funcionários, que delibera sobre a sua política cultural, programação, aplicação de recursos e outros assuntos.

— Quais as vantagens dessa filosofia operacional?

MS — As pessoas deixam de ser peões de manobra e passam a participar efetivamente das decisões. Pois quem opina, decide, e fica muito mais interessado em levar adiante as propostas, em ver os projetos bem executados. Logicamente, quanto mais um funcionário sabe de tudo o que se passa, melhor representante ele é do Museu frente ao público, em qualquer momento. Em segundo lugar, quem participa de tudo e sabe de tudo tem maiores probabilidades de ter sua energia criativa aflorada, num processo que não é privilégio de ninguém. Desde o faxineiro ao mais alto funcionário, todos têm essa criatividade, têm iniciativa e idéias. O somatório dessas idéias, dessa participação, é a base da instituição. Não é o diretor a base da instituição. Ao contrário, o diretor pode querer fazer muita coisa, ter muitos planos e não fazer nada. Pode encontrar uma resistência passiva, por exemplo, e não conseguir fazer absolutamente nada.

— Como começou esse processo?

MS — Começou fazendo as pessoas compreenderem a importância desse engajamento, na medida em que elas passam a maior parte de suas vidas dentro do Museu. No começo, por incrível que pareça, teve que ser algo imposto, fruto de uma vontade política. Nós forçávamos a realização das assembléias, nas quais as pessoas, no início, ficavam caladas e as reuniões se passavam praticamente depois, nos corredores. Fizemos muitas tentativas e os resultados foram aparecendo. Na prática, no entanto, a solidificação desse processo começou com a absorção do Museu pela SPHAN/prόMemória. Com o aumento do número de pessoal — uma das antigas carências do Museu — a massa crítica também aumentou e o grau de interesse e participação cresceu.

— Qual foi o clímax dessas experiências?

MS — Foi a elaboração do regimento interno do Museu Lasar Segall, da qual todos participaram opinando e, principalmente, chegando a consen-

sos. Durante seis meses esse regimento, que reflete aspirações do Museu como um todo, foi discutido em assembléias que passaram a ser até semanais, em determinada época, em vez de quinzenais. Foi elaborado com base em um pensamento coletivo, na soma das nossas idéias.

— Como se dá, hoje, a relação Museu Lasar Segall/SPHAN/próMemória?
MS — O Museu Lasar Segall é uma instituição que funciona autonomamente. Mas autonomia não significa deixar de seguir metas e diretrizes maiores. Tem que haver um entrosamento perfeito e a minha tese é a de que nós temos que assumir plena e integralmente a condição de órgão da SPHAN/próMemória. Somos uma unidade da SPHAN/próMemória com a particularidade de termos autonomia para decidir sobre a nossa política de atuação, por exemplo. Nós procuramos não dar trabalho à SPHAN/próMemória, o nosso passo é sempre no sentido de colaborar. E sobre isso também há um consenso entre os funcionários.

— Quais as diferenças do Lasar Segall de hoje e do que existia antes desses processos começarem?
MS — Hoje, o público é melhor servido em todos os sentidos. E já estão surgindo novas lideranças dentro da Casa, o que já me deixa mais tranqüilo. Porque se eu estou indo para o Rio, por exemplo, e o avião cai, eu sei que o Museu pode caminhar por si só. Que a pessoa que vier para o meu lugar encontrará um grupo consciente do dia-a-dia do Museu e da sua política cultural, graças a essa sistemática democrática que, ao meu ver, hoje é um processo irreversível.



Mãe e filho

O artista e o museu

Lasar Segall nasceu em 1891, em Vilna, na Rússia, de uma tradicional família lituano-judaica. Uma forte vocação artística herdada do pai, que era desenhista de "thoras" — pergaminhos religiosos judaicos com características artísticas — fez com que Segall, aos 14 anos, deixasse sua terra natal a caminho de Paris. Sua viagem interrompeu-se em Berlim, onde se matriculou na Academia Imperial de Belas Artes, escola com a qual rompeu, em 1908, por quebrar seu regulamento, ao expor em uma mostra expressionista da "Berliner Freie Sessezion".

Frustrado com o caráter essencialmente acadêmico da escola, Segall mudou-se para Dresden — outro pólo expressionista de destaque da Alemanha — onde, como "Meister Schueller", uma espécie de aluno-mestre, trabalhou pela primeira vez com plena liberdade de expressão.

Em 1912, Segall resolveu conhecer o mundo. Passou pela Holanda e realizou sua primeira viagem ao Brasil, onde apresentou seus trabalhos em São Paulo e Campinas, como exemplos das tendências artísticas européias do século XX. Um ano mais tarde, retornou à Alemanha e foi confinado, durante parte da Primeira Guerra Mundial, como cidadão de país hostil.

Terminada a guerra, Lasar Segall continuou participando ativamente do movimento expressionista alemão. Conviveu com vários de seus expoentes e, em 1923, com sua carreira em plena ascensão, abandonou voluntariamente a Europa — único palco de destaque da época — e mudou-se definitivamente para o Brasil.

Em pouco tempo, Segall constituiu família e se naturalizou brasileiro, passando a desempenhar papel de primeiro plano na introdução e consolidação da nossa arte contemporânea. Retornou algumas vezes à Europa para mostrar seus trabalhos e faleceu, em 1957, em sua residência em São Paulo. Segall foi considerado o mais completo artista plástico brasileiro de todos os tempos. Um grande pintor, gravador e escultor, porém totalmente esquecido na Europa.

Sua viúva, Jenny Klabin Segall, dedicou-se inteiramente à conservação e divulgação da obra do artista, insuficientemente conhecida fora do Brasil. Nasceu assim, junto com a realização de algumas exposições esporádicas sobre a obra de Segall, a idéia da criação do Museu, só viabilizada, no entanto, em 1970, três anos após a morte de Jenny.



Fotos Arquivo Lasar Segall

Cabeça de negro

No início, os recursos vinham inteiramente da família. Nessa época foi realizada uma série de adaptações e acréscimos na residência — onde também se localizava o atelier do artista — Rua Afonso Celso, 388, em Vila Mariana — São Paulo (SP), a fim de adaptá-la à condição de museu.

Prioritariamente, foi construída uma espécie de casamata de concreto à prova de fogo, poeira, luz e furto, com temperatura e umidade permanentemente controladas, para abrigar e preservar o acervo — cerca de 1.500 obras entre óleos, aquarelas, desenhos, gravuras e esculturas. Logo após, foi constituída a Associação Museu Lasar Segall, mas só em 1973 a instituição abriu suas portas ao público, com uma proposta cultural nova e abrangente.

O Museu Lasar Segall pode ser considerado realmente um museu vivo e voltado para a comunidade. Da proposta inicial resultaram cursos especiais realizados em convênio com sindicatos operários e escolas pobres do bairro e adjacências. Nesses cursos, os programas não são fixados de antemão, mas sim em conjunto com os alunos, em função de seus interesses mais imediatos.

Com freqüência anual de cerca de 40 mil pessoas — similar a de museus americanos de médio porte — o Lasar Segall conta ainda com a biblioteca Jenny Klabin Segall, constituída por 13 mil volumes e considerada uma das mais importantes sobre teatro, cinema, fotografia, rádio e TV. Lá está depositada toda a documentação do artista, desde recortes de jornais até cartas a ele endereçadas por personalidades da época.

Villa-Lobos, 100 anos presente



Apresentação do Conjunto Nó em Pingo d'Água, no Museu Villa-Lobos



Fotos Arquivo M. Villa-Lobos

Bloco Sôdade do Cordão

Paixão e envolvimento: ingredientes básicos que possibilitaram à equipe do Museu Villa-Lobos, no Rio (RJ), planejar e executar, no ano em que se comemora o centenário de nascimento do compositor, inúmeros eventos. Das "Semanas Villa-Lobos", que levaram a dezessete cidades, além do Rio, quase cem concertos, até a recriação do bloco carnavalesco "Sôdade do Cordão", originalmente idealizado por Villa, em 1939, e que fez o bairro de Botafogo, da cidade do Carnaval, ganhar um pouco da atmosfera do Rio antigo.

Mas as comemorações do centenário começaram ainda em outubro de 1986, com a inauguração da nova sede do Museu, na Rua Sorocaba, 200. Lá, naquele mesmo mês, ocorreu o lançamento da cédula de quinhentos cruzados, na qual estão reproduzidos a batuta, o reco-reco com surdina, a efígie e uma das célebres frases do maestro, que vale a pena conferir.

Comunidade

Em janeiro de 87 foi iniciada a série "Sábados Musicais", com a participação de 37 grupos instrumentais e vocais, de artistas iniciantes e consagrados — como o Nó em Pingo D'água e o Coro Come — que vem lotando o auditório do Museu, com capacidade para até quinhentas pessoas. Em março, pleno Carnaval, lá estava o Museu Villa-Lobos na rua, abrindo o desfile de terça-feira da tradicional Rua Arnaldo Quintela, do bairro, com o "Sôdade" exibindo trajes e repertório musical da sua época.

Foi com este evento, explica a responsável pela Divisão de Educação do Museu, Valdinha Barbosa, que a instituição foi apresentada à comunidade adjacente: "O auditório foi transformado em um "barracão" de escola de samba e toda a comunidade participou das montagens e dos arranjos, em conjunto com o pessoal do Museu. Teve gente trazendo de casa até ferro de passar, para os preparativos finais. O bloco desfilou na terça e, na quinta, cumpriu o chamado roteiro sentimental de Villa-Lobos, saindo do Circo Voador, passando pela Lapa, pela Rua Araújo Porto Alegre, onde ele morou, e terminando na Cinelândia, ao som do *Canto do Pajé* e de *Senhora Rainha,* num espetáculo muito bonito."

Naquele mesmo dia 5 de março, aniversário de Villa-Lobos, o Museu funcionou totalmente em função da comunidade. Entre inúmeros eventos musicais, abertos pela Banda de Fuzileiros Navais, foi lançado pela ECT o selo comemorativo do Centenário, produzido com base em pesquisas realizadas no Museu.

Além do Concurso de Monografias, cujo resultado sairá em março próximo, o Museu Villa-Lobos realizou, em 87, o 4.º Concurso Internacional de Violão, que teve como vencedor o argentino Pablo Marquez. A instituição apoiou também vários eventos, como a produção do vídeo "O Índio de Casaca", realizado pela Metavídeo, e exposições na Hungria, França, Alemanha, Grécia, Canadá, China, entre outros, e promoveu uma mostra fotográfica itinerante, pelos Estados brasileiros e exterior, sobre a vida e a obra do maestro. Participou, de fevereiro a maio, do programa da Rádio MEC, "O Mestre Villa-Lobos" e, como de costume, realizou o Festival Villa-Lobos, este ano dedicado à Dona Mindinha, — esposa do compositor, falecida em 1985 — que lotou o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a Sala Cecília Meireles e a Igreja da Candelária, na tradicional missa de abertura.

Mas o ponto alto das comemorações foi o evento "Semanas Villa-Lobos", realizado de junho a novembro. "Semanas" mobilizou cerca de dois mil artistas e possibilitou a aproximadamente 150 mil pessoas de Vitória, São Paulo, João Pessoa, Natal, Ribeirão Preto, Belo Horizonte, Joinville, Blumenau, Curitiba, Florianópolis, Juiz de Fora, Campinas, Uberaba, Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Brasília e Rio de Janeiro o acesso à obra de Villa-Lobos em forma de concertos, teatro, dança, palestras, vídeos e exposições fotográficas.

Para um museu que passou o ano inteiro de "casa cheia", principalmente de crianças — durante as centenas de visitas realizadas por escolas — e teve eventos patrocinados por empresas como a Sul América, Jornal do Brasil, Fundação Roberto Marinho e Banco Francês e Brasileiro, o ano de 1988 desponta com grandes perspectivas, segundo seu diretor, o violonista Turíbio Santos: "O Museu entra o ano com as portas da iniciativa privada já semi-abertas". E explica: "As empresas que nos patrocinaram estão bastante felizes com o retorno obtido, e o Museu pretende, paralelamente à divulgação das obras de Villa-Lobos e ao desenvolvimento de atividades comunitárias, voltar-se para si próprio: duplicar documentos, organizar-se internamente e editar catálogos."

Memória das artes cênicas rumo à preservação



Piolin: Sucesso

Considerável parte da documentação relacionada a atividades de circo, teatro, ópera e dança, produzida e resgatada nos últimos 10 anos pelo Serviço Nacional de Teatro e Projeto Memória, do Instituto Nacional de Artes Cênicas, está sendo alvo de um detalhado projeto que possibilitará a preservação adequada da memória das artes cênicas brasileiras. O projeto CENACEN, hoje trabalhado pelo Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento), da SPHAN/próMemória, prevê a estruturação de um centro com essa finalidade, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Trabalhos

Conforme explica a responsável pelo gerenciamento dos trabalhos, Mônica Medrado, "o projeto CENACEN objetiva a total reestruturação e ampliação do Centro Nacional de Artes Cênicas, atualmente vinculado à Fundação Nacional de Artes Cênicas, não só a nível estrutural e de espaço, como também técnico e de conservação do acervo". Segundo ela, todos os fatores vêm sendo previstos, calculados e analisados quanto aos seus respectivos graus de viabilidade.

"E uma vez aceito por aquela Fundação o perfil, ou projeto geral, já elaborado, ele dará origem a projetos específicos e detalhados sobre arquitetura, conservação, arquivo, etc., que buscarão esgotar todas as carências atuais do Centro".

Os trabalhos, iniciados há aproximadamente quatro meses, contam com a participação de um arquiteto, um desenhista industrial, dois bibliotecários, um historiador, um microbiologista, um entomólogo, dois arquivistas, um conservador e um analista-programador. O projeto resultante possibilitará uma visão panorâmica e detalhada do que pode vir a ser o novo Centro, em termos de tecnologia e como multiplicador de conhecimentos.



Fotos Arquivo CENACEN

Margarida Max, Mesquitinha e J. Figueiredo, 1926, Dentro do Brinquedo

De acordo com o coordenador do Pró-Documento, Gílson Antunes da Silva, o atendimento que essa Coordenadoria dá, em casos similares, pode ser dividido em duas fases: a primeira, constituída pelo levantamento, análise das expectativas dos requisitantes e diagnósticos; e a segunda, pela entrega do diagnóstico — projeto indicativo ou plano geral — que pode ser complementado pelos requisitantes e que posteriormente dará origem ao projeto definitivo.

"A idéia é possibilitar às instituições, mediante a elaboração de projetos altamente técnicos e detalhados, negociar recursos para sua viabilização". E ressalta: "Além disso, nossa tarefa, que é o planejamento e a formulação da proposta, pode, eventualmente, ser acrescida do acompanhamento, o que possibilita a garantia de uma execução adequada".

Ação multiplicadora

O acervo do CENACEN, alvo principal do projeto, está distribuído por quatro áreas da instituição: a Biblioteca Edmundo Muniz, que abriga cerca de 40 mil itens bibliográficos, entre livros, periódicos, textos teatrais, etc.; o Arquivo de Documentos Impressos, que detém aproximadamente 200 metros lineares de documentação composta por cartazes, recortes de jornais, folhetos, programas e convites; o Setor de Áudio-Visual, no qual estão depositadas quase 360 mil unidades de negativos, fotos, slides, discos, cassetes, rolos, filmes e negativos em vidro; e o Projeto Memória — que recebe doações de terceiros — contando com 75 metros lineares de documentação variada, a ser remetida às áreas correspondentes.

Para garantir o êxito total e com características multiplicadoras dos projetos, o Pró-Documento incumbe-se do treinamento do pessoal das instituições trabalhadas, possibilitando-as a prestar assessoramento a instituições similares idêntico ao que receberam. Neste caso, por exemplo, o Centro de Documentação de Pernambuco sobre Teatro já vem sendo assistido.

Opinião

O direito ao passado

* *José Américo Motta Pessanha*

Ser temporal, o homem vive o instante presente entre o que não é mais e o que não é ainda. Dramaticamente, percebe-se como itinerante de um caminho que engendra à medida que o percorre. E onde cada aqui e agora é irrepetível e fugaz: curtíssima ponte entre o passado extinto e o insondável porvir. Esse senso do provisório e do efêmero está na raiz de religiões e filosofias, alimentando pessimismos ou esperanças. Permite, por exemplo, que Heráclito de Éfeso, pensador grego situado entre os séculos VI e V a.C., nos advirta: "Não podes entrar duas vezes nos mesmos rios, pois novas águas correm sempre sobre ti". Mas permite, em compensação, que ele mesmo nos acene com a possibilidade de alguma forma de resgate do que já passou, uma vez que "este mundo, que é o mesmo para todos, (...) foi, é e será sempre um fogo eternamente vivo, que se acende e se apaga com medida". Certamente é devido à tensão entre o eterno apagar-se e o eterno acender-se — entre ser e não-ser —, inerente ao homem porque inerente à realidade toda, que o próprio Heráclito, noutro aforismo, apresenta nova e mais completa versão do que dissera antes: "Entramos e não entramos nos mesmos rios; somos e não somos".

Somos e não somos: estamos permanentemente *sendo.* Por isso, passado e futuro são os imprescindíveis apoios de nosso presente. E, tanto no nível psicológico quanto no nível da cultura, somos inevitavelmente rememorantes e projetivos, oscilando entre saudades e promessas, memórias e expectativas, a restauração do passado e a construção do futuro. Estruturamo-nos interna e externamente na tensão insolúvel entre o velho e o novo, entre o que foi ou fomos e o que será ou seremos. Claro, há momentos na vida pessoal ou cultural em que se enfatiza um dos pólos do binômio e se procura abolir a tensão, parar o pêndulo. É quando então parece que apenas o passado importa ou somente o futuro conta. Mas, a propósito dessas situações extremadas, exclusivistas, artificialmente atemporais, vale a pena retornar a Heráclito e ouvir sua sábia reflexão: "Os homens não sabem como o que varia está de acordo consigo mesmo. Há uma harmonia de tensões opostas, como a do arco e da lira". O que ele nos recorda é que a música se expande e *avança* justamente quando puxamos, *no sentido contrário,* as cordas da lira; e que a flecha vai mais longe, *adiante,* quando forçamos *para trás* o arco.

Aloísio Magalhães retoma essa idéia de permanente e fecunda complementaridade entre passado e futuro, aplicando-a ao universo cultural. Retoma, abrasileirando: o arco e a lira são agora bodoque: "Pode-se mesmo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento e da consciência do passado histórico. Da mesma maneira como, analogicamente, uma pedra vai mais longe na medida em que a borracha do bodoque é suficientemente forte e flexível para suportar uma grande tensão, diametralmente oposta ao objetivo de sua direção" (Comunicação ao Conselho Federal de Cultura, 1977; em *E Triunfo?,* Nova Fronteira / Fundação Nacional próMemória, 1985, p. 44).

Eis por que qualquer projeto de desenvolvimento no campo sócio-econômico-cultural deveria, cautelosamente, apontar para frente, sem anular o passado. Ou, no reverso complementar: preservar o passado sem esquecer que o futuro nos aguarda e que é sempre no presente que estamos *sendo.* Se há dificuldade nessa proposta, é a mesma que preside à construção do senso de historicidade: a assunção, pelo homem, de sua condição temporal. O que exige, é verdade, constante trabalho de educação e auto-educação, para afastar as ilusões intemporalizadoras e absolutizantes, que sempre se sustentam na tentativa de negar a tensão, de desfazer o compromisso dialético que ata passado-presente-futuro.

Em nosso tempo, marcado fortemente por ideologias que exaltam um tipo de desenvolvimento e de progresso predatórios, destrói-se a natureza e apagam-se os traços do passado. Com isso, por um lado, mata-se a fonte natural da vida; por outro, seca-se o manancial da consciência histórica, rouba-se do homem o apoio no passado, o referencial que o temporaliza e lhe confere plena condição humana, apenas humana.

Trágicas conseqüências dessa segunda forma de destruição podem ser apreendidas através do livro de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade: lembranças de velhos* (T.A. Queiroz, Editor; São Paulo, 1983). A autora constrói sua obra a partir de entrevistas com pessoas que têm em comum, além da idade avançada, a circunstância de terem vivido na mesma cidade (São Paulo). É por intermédio de suas recordações que a cidade e seus acontecimentos mais marcantes vão ressurgindo, distantes das generalizações freqüentemente simplificadoras da história oficial. São os mesmos fatos, mas vividos e rememorados de modos diversos, às vezes contraditórios, em função dos diferentes lugares sociais e políticos dos depoentes. E o passado ressurge com as contradições do que é humano e vivo. Mas o que particularmente choca, fere, envergonha, é quando um dos velhos descreve lugares ou prédios de "sua" cidade, revelando o desejo de revisitá-los. Há tantos anos no asilo, não sabe que "sua" cidade não mais existe, que os referenciais concretos de suas lembranças foram completamente destruídos pelo desenvolvimento voraz e desumano. Sem apoios objetivos, suas lembranças tendem a assumir o terrível caráter de alucinações.

Não é hora de se incluir, entre os direitos humanos, o direito ao passado, o sagrado direito aos traços concretos das lembranças, aos suportes tangíveis da saudade?

Coordenador do Núcleo de Editoração
da SPHAN/próMemória
Professor de Filosofia da UFRJ

NOTICIÁRIO

11.ª Diretoria Regional

A SPHAN/pró-Memória instalou oficialmente, no dia 5 de agosto, sua 11.ª Diretoria Regional, em Manaus (AM). Anteriormente com apenas um Escritório Técnico naquela cidade, a nova DR terá agora sob sua responsabilidade o patrimônio cultural e natural dos Estados do Amazonas e Acre e do Território de Roraima, que estavam ligados à 1.ª DR, com sede em Belém (PA). Criada pelo Ministério da Cultura, a 11.ª DR veio realizar o desejo manifestado pelos governadores estaduais de obter maior atenção do Governo Federal para o patrimônio daquela região.

À frente da Diretoria, a arquiteta Ana Lúcia Nascentes Abrahim diz que o principal desafio da nova representação, ainda em fase de estruturação, "será o total desconhecimento da população do norte do país sobre seu habitat". Atualmente, a 11.ª DR vem fazendo o trabalho de fiscalização dos monumentos tombados na região e realizando obras de reparos no prédio da sua futura sede, no centro da cidade, já que ainda está funcionando no antigo endereço do Escritório Técnico de Manaus (AM): Avenida Senador Álvaro Maia, 440, 2.º andar — Fone: (092) 233-8928.

Outra tarefa que a DR já começou a desenvolver é a elaboração do projeto Cidade Histórica de Porto Acre (AC), que objetiva a preservação do centro histórico daquele município, que faz fronteira com a Bolívia, e encontra-se ameaçada pela especulação imobiliária e pela pecuária que toma conta do local.



Foto Arquivo 11.ª DR

90 anos de cinema



Foto Arquivo C. Brasileira

Colé Sant'Ana e Inesita Barroso em A Mulher de Verdade, de Alberto Cavalcanti, 1953

A Cinemateca Brasileira, da SPHAN/pró-Memória, há 40 anos voltada para a preservação da memória cinematográfica brasileira, está preparando uma série de eventos para comemorar, em 1988, os 90 anos de existência do cinema nacional.

A campanha comemorativa englobará a realização de concursos, mostras, vídeos e a edição de publicações sobre gêneros cinematográficos, equipamentos, diretores e artistas famosos. Pretendendo atingir todos os segmentos sociais, as comemorações — que terão repercussão internacional — serão iniciadas em 19 de junho, data da primeira tomada cinematográfica no Brasil: a entrada da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro (RJ), por Alfonso Segreto.

Mato Grosso do Sul

O Centro Histórico de Cuiabá (MT) está sob tombamento provisório desde o início de outubro. O processo de tombamento já obteve parecer favorável da Coordenação de Proteção e da Assessoria Jurídica da SPHAN/pró-Memória, devendo em breve ser apreciado pelo seu Conselho Consultivo.

Outras ações estão em curso no Escritório Técnico da SPHAN/pró-Memória em Cuiabá, agora dirigido pela arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi, no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, 260 — Bairro Goiabeira — Cuiabá — MT. Estão em andamento, em convênio com a Fundação Cultural de Mato Grosso, o cadastramento da área histórica de Cáceres e os inventários de bens móveis de Vila Bela da Santíssima Trindade e das usinas de Aricá, Conceição, São Miguel Maravilha e Itaici. Encontra-se em fase final de acabamento o inventário cadastral do Centro Histórico de Cuiabá, realizado em convênio com a Prefeitura Municipal.

Com o objetivo de fomentar a pesquisa arqueológica no Estado e divulgar a arqueologia como ciência, foi iniciado o Inventário dos Sítios Arqueológicos de Mato Grosso. O Escritório Técnico de Cuiabá promoveu também, em conjunto com a 8.ª Diretoria Regional da SPHAN/pró-Memória, o Programa de Atualização/Reciclagem para Técnicos em Preservação e o Encontro de Bens Móveis. Para 1988, já estão previstos programas de atualização nas áreas de arqueologia, museologia, paleontologia, espeleologia e restauração.

Foi iniciada a restauração da Casa Wanderley Baiz, em Corumbá (MS), principal imóvel do Casario do Porto, conjunto arquitetônico tradicional e de valor histórico na cidade. Depois de restaurada, a Casa abrigará setores culturais da Prefeitura Municipal. O cadastramento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil também vem sendo realizado, em convênio com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. Outra obra de restauração iniciada no Estado refere-se à antiga Pensão Pimentel, em Campo Grande, em convênio com a Prefeitura Municipal e que abrigará a Casa de Cultura do município.

NOTICIÁRIO

Grito de alerta no MNBA



Foto Arquivo MNBA

Um manifesto, um grito de alerta contra a poluição, a degradação da qualidade de vida, a neurose e principalmente as demolições que devastam a memória cultural do Rio de Janeiro(RJ). Esta foi a mensagem da exposição do pintor Sergio Telles, destaque da programação deste final de ano do Museu Nacional de Belas Artes.

Realizada na sala Bernardelli, de 15 de outubro a 9 de novembro, a mostra "Rio de Janeiro" foi constituída por cerca de 60 óleos e desenhos sobre as ruas, sobrados e praças do Rio antigo, além de pastéis e litografias feitos nos bares e cafés austríacos.

Um dos artistas plásticos brasileiros mais conhecidos no estrangeiro, Sergio Telles foi homenageado ano passado pelo Museu Petit Palais de Genebra, com uma exposição de suas obras sobre Porto Seguro (BA).

Paço Imperial

O Paço Imperial do Rio de Janeiro, um dos principais centros culturais do país, necessita contar com o apoio da Prefeitura e do Governo do Estado para realizar uma de suas prioridades para 1988. Trata-se do fechamento da Rua da Assembléia ao trânsito, no trecho entre Alfredo Agache e Primeiro de Março, para tornar-se apenas espaço destinado à circulação de pedestres.

O principal motivo que leva a direção do Paço a reivindicar essa medida é o alto nível de vibração do solo com a passagem intensa de veículos, que afeta as paredes estruturais do prédio. Outro fator determinante é o grau de poluição sonora e atmosférica, que prejudica a programação cultural do Paço e os acervos ali em exposição.

A SPHAN/próMemória espera contar com o apoio dos órgãos competentes para que, ao se comemorar o cinqüentenário de tombamento daquele monumento, em março de 1988, o problema já esteja solucionado.

Cafeteria

Outra prioridade que está na pauta do Paço Imperial para 88 é a instalação de uma cafeteria, um projeto um tanto inovador em termos de Brasil, onde as casas de cultura não têm a tradição de prestar este tipo de atendimento aos seus freqüentadores. O objetivo da obra é proporcionar ao visitante do Paço um local agradável, que prolongue sua permanência no prédio quando for participar dos eventos, ou mesmo servir como uma nova opção para os que trabalham ou circulam na localidade.

Caucaia

A SPHAN/próMemória, através da 3ª Diretoria Regional, concluiu em dezembro as obras de restauração e adaptação da Casa de Câmara e Cadeia de Caucaia (CE), para dar lugar à Biblioteca Municipal da cidade, conforme convênio firmado com a Prefeitura Municipal daquela localidade.

Junto com o interesse na recuperação do imóvel, valioso documento para a história do Ceará, cujas origens remontam ao período colonial, surgiu a necessidade de se propor um novo uso para a edificação, já que ali funcionava uma cadeia com péssimas condições de higiene e salubridade, o que contribuiu para o agravamento do seu estado de conservação. O reaproveitamento da antiga cadeia como biblioteca foi definido em função dos anseios da própria comunidade e das lideranças locais.

A restauração do monumento, tombado pela SPHAN em 1974, teve a orientação estabelecida no projeto técnico elaborado pela 3ª DR. Os serviços realizados visaram a recuperação da estrutura de madeira da coberta, reposição de telhas, execução de pisos em madeira corrida e lajotas de barro. Foram, também, substituídas esquadrias, bem como recuperados os rebocos internos e externos e executada pintura de todo o edifício. No interior, sobre as paredes divisórias, foram eliminadas empenas em tijolo de construção recente, conforme vestígios no local. Instalações sanitárias foram previstas e executadas anexas ao edifício, tendo em vista a impossibilidade de alteração na sua compartimentação original.

A cidade de Caucaia está localizada a 20 quilômetros de Fortaleza (CE), integrando sua região metropolitana e tendo suas origens a partir de um antigo aldeamento jesuítico conhecido por Caucais, instalado em 1759. Durante a segunda metade do século XVIII, provavelmente, teria sido edificada a Casa de Câmara e Cadeia. De partido arquitetônico tradicional em relação às congêneres, com planta retangular, a edificação resultou em uma composição simples e harmoniosa. Com esta obra, tornou-se evidente junto à comunidade as possibilidades de reutilização e reintegração de um antigo edifício na vida da cidade.

Le Corbusier

Como parte das comemorações do centenário de nascimento do arquiteto Le Corbusier, aconteceu no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro (RJ), a exposição "100 Anos de Le Corbusier", de 13 de novembro a 3 de dezembro. Uma das atividades do Projeto Brasil-França, a mostra serviu também para lembrar a importância do Brasil na obra do arquiteto. O local escolhido não foi apenas uma mera opção, pois Le Corbusier foi o responsável pelo projeto original do Palácio, antigo prédio do MEC.

Integrada por textos biográficos, fotografias, reproduções, desenhos originais e peças de mobiliário do arquiteto, a mostra teve caráter didático, fazendo um roteiro cronológico das relações de Le Corbusier com o Brasil, onde realizou diversos trabalhos. "100 Anos de Le Corbusier" foi também palco de variada programação, como lançamento de livros sobre arquitetura e apresentação de vídeos sobre o arquiteto.



Foto Luciana Castello Branco

NOTICIÁRIO

Bahia

A criação da Associação de Defesa dos Bens Culturais do Município de Santo Amaro da Purificação, na Bahia, foi o resultado mais significativo do Seminário sobre Recuperação e Revitalização de Centros Históricos, realizado naquela cidade, em dezembro. Promovido pela Associação Brasileira de Municípios e Prefeitura Municipal, contou com o apoio da SPHAN/próMemória, através da 5ª Diretoria Regional, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e BAHIATURSA.

A Associação desempenhará importante papel na manutenção do acervo cultural da cidade, um dos mais importantes da Bahia, reunindo, entre outros bens, o Solar Conde de Subaé, uma edificação do início do século XIX que pertenceu ao historiador baiano Wanderley de Pinho. O imóvel, que consta da programação de obras da 5ª DR da SPHAN/próMemória para 1988, depois de recuperado, vai abrigar a Casa de Cultura de Santo Amaro. A regional providenciou a execução de obras de emergência, para evitar o completo arruinamento do Solar, e já foram realizados serviços de estabilização, escoramento das paredes e limpeza do local.

Museu Hansen

A 5ª DR concluiu, ainda, a primeira etapa das obras de restauração da Casa e Museu Hansen Bahia, em Cachoeira, que reúne o acervo doado pelo artista e gravador alemão àquela cidade, onde residiu. A conclusão da restauração está prevista para 1988. Além de abrigar a exposição do acervo, a Casa sediará a Fundação Hansen Bahia.

Sinalização

Sinalizar a BR 101, prestando informações sobre os centros históricos e culturais existentes nos municípios ligados por aquela rodovia, é o objetivo do projeto que vem sendo desenvolvido pelo Escritório Técnico da SPHAN/próMemória em Florianópolis (SC).

A BR 101 interliga as cidades de Curitiba, Joinville, São Francisco, Itajaí, Camboriú, Florianópolis e Laguna, e nela serão colocados *out-doors* para estimular a visitação aos bens culturais da região. Pretende-se, também, que sejam colocadas placas indicadoras de direção, capazes de orientar sobre as vias de acesso a serem utilizadas.

O projeto vem sendo desenvolvido desde meados de 1987, e deverá ser executado em conjunto com as prefeituras municipais, com o aval do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Obras em Goiás

A antiga Casa da Fundição de Goiás (GO) encontra-se atualmente em restauração. Foram concluídos os serviços de escavação e prospecção arqueológica, e o material coletado enviado para análise em laboratório. Já estão concluídos os serviços de recuperação da cobertura e a colocação do piso; está sendo refeito o revestimento das paredes que haviam sido descascadas para os trabalhos de arqueologia.

Outra obra de restauração foi concluída recentemente na cidade de Goiás — a Casa do Bispo. Comprada pela 8ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória em total estado de arruinamento, a Casa passou por serviços completos de restauração e agora abriga o Escritório Técnico da 8ª DR na cidade. Foram recompostas as paredes internas, o piso e a cobertura da Casa; dependências foram adaptadas para sanitários e copa e foi realizado o agenciamento dos jardins externos, com a demolição de anexos incompatíveis com a arquitetura do imóvel.

Além do Escritório Técnico, funciona na Casa uma Sala de Arqueologia, que abriga o material recolhido nas escavações da Casa da Fundição de Goiás. A Casa do Bispo situa-se na Praça Zacheu Alves de Castro s/nº



Foto Arquivo 8ª DR

NOTICIÁRIO

Comunidade ganha espaço

A comunidade de Marechal Deodoro (AL) terá agora um espaço voltado para suas atividades na Igreja da Ordem 3.ª de São Francisco, cujas obras de restauração foram concluídas recentemente pela SPHAN/próMemória, por intermédio da 4.ª Diretoria Regional. A nave do templo, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, será transformada em um salão comunitário, e a sacristia e anexo, destinados a um local no qual serão ensinadas as técnicas de confecção dos bordados característicos da região.

A recuperação da Igreja, datada da segunda metade do século XVIII, contou com o apoio da Prefeitura Muncipal de Marechal Deodoro, que providenciou a urbanização da praça localizada em frente à Igreja, a iluminação pública e a demolição do muro existente entre a Ordem 3.ª e o convento anexo — onde funciona um museu de arte sacra — para em seu lugar colocar uma grade de proteção do conjunto.

Guia Lírico

A SPHAN/próMemória lançará brevemente, com o apoio da BAHIATURSA, o *Guia Lírico de Rio de Contas*, de Esther Trindade Serra. Rio de Contas, situada na Chapada Diamantina, no Estado da Bahia, é um antigo centro de mineração tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1980. Guarda um significativo acervo cultural não só em seu perímetro urbano, mas também nos seus arraiais.

A autora do *Guia Lírico de Rio de Contas* descreve em seus poemas cada um dos atrativos de sua cidade, como a beira do rio, a Rua da Ponte, onde nasceu, o Largo da Matriz, o Beco da Lama, etc. Esse passeio lírico pelas ruas, casas, igrejas e praças, povoadas pelos moradores, com seus hábitos e ocupações, certamente auxiliará os visitantes de Rio de Contas e reforçará em seus habitantes a afeição por sua cidade e suas tradições. Uma planta da cidade acompanha o *Guia*, apontando todos os locais descritos nos poemas.

Esther Trindade Serra



GUIA LÍRICO
DE RIO DE CONTAS

*pró*Memória

Fundação Pró-Leitura

Em solenidade realizada no Palácio do Planalto, no dia 5 de novembro, Dia Nacional da Cultura, o Presidente José Sarney sancionou a lei que cria, no âmbito do Ministério da Cultura, a Fundação Nacional Pró-Leitura, reunindo sob a sua administração a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro, antes subordinados à Fundação Nacional próMemória.

A nova Fundação tem como atribuições promover o desenvolvimento da produção e difusão do livro; estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; difundir e estimular o hábito de leitura; manter e incentivar cursos de biblioteconomia, além de promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas.

Reis Magos

Pertencente ao município de Serra (ES), o Distrito de Nova Almeida estará em festa, no dia 6 de janeiro de 1988, com a entrega à comunidade da Igreja dos Reis Magos restaurada. Formando conjunto com a Residência de mesmo nome, o monumento do século XVII passou por trabalhos de revisão da cobertura, pintura, recuperação do retábulo, entre outros, executados pela 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, após convênio com a Universidade Federal do Espírito Santo.

Agora, a parte do imóvel referente à Residência também passará por restaurações, até se transformar num espaço sócio-cultural, com opções variadas de utilização.

Escritório Técnico

Será inaugurada, no início de 1988, a sede do Escritório Técnico da SPHAN/próMemória em Curitiba (PR), instalado em um imóvel de madeira considerado um dos exemplares mais significativos da arquitetura polonesa no Estado (SPHAN n.º 32, pág 30).

Classificada como de "segunda geração" ou "arquitetura de madeira evoluída" — executada com tábuas serradas e dotada de varanda — a construção data de 1918 e foi comprada pela SPHAN/próMemória em agosto de 1984, quando estava prestes a ser demolida.

Transportada desmontada para a Rua José de Alencar 1808, mais central e adequada ao funcionamento do ET, a casa teve suas peças numeradas, além de imunizadas por imersão com pentaclorofenol, o que lhes garantirá maior durabilidade.

NOTICIÁRIO

2.ª DR, nova sede



Foto Arquivo 2.ª DR

A 2.ª Diretoria Regional da SPHAN/*pró*Memória, com jurisdição nos Estados do Piauí e do Maranhão, vai estar instalada em nova sede a partir de 1988, localizada em prédio na Rua 28 de Julho (antiga Rua do Giz), 235, no Centro Histórico de São Luís (MA).

O imóvel, de três pavimentos, adquirido pela SPHAN/*pró*Memória, possui cerca de 1.200 metros quadrados de área construída, oferecendo, assim, amplas acomodações, que resolverão definitivamente os problemas de espaço enfrentados pela DR em sua sede atual. Construído em alvenaria de pedra e cal, com elementos de madeira e ferro, o edifício foi totalmente restaurado pela SPHAN/*pró*Memória e, além de abrigar a Regional, vai destinar um espaço para difusão cultural, através da realização de atividades de interesse da comunidade.

Defesa do patrimônio

O tema Educação Patrimonial será incluído no programa oficial de ensino de Ouro Preto, em Minas Gerais. A iniciativa é fruto dos esforços empreendidos pela Prefeitura Municipal juntamente com a Câmara de Vereadores e a 15.ª Delegacia Regional de Ensino de Ouro Preto. Será apoiada pela SPHAN/*pró*Memória, através do Museu da Inconfidência, que vai promover, em 1988, cursos para educadores com a finalidade de identificar e divulgar o acervo museológico enquanto instrumental didático.

A ação do Museu pretende contribuir para a formação de recursos humanos especializados na área de Educação Patrimonial e será dirigida a professores e especialistas em educação que atuam nos primeiro e segundo graus.

Também estão entre os objetivos propostos pelo Museu a sistematização dos conteúdos da Educação Patrimonial para incorporá-los aos currículos de primeiro e segundo graus nas áreas de Estudos Sociais; a realização de atividades educativas para a comunidade escolar em conjunto com a 15.ª DRE/Ouro Preto e a elaboração de textos didáticos sobre Educação Patrimonial para aplicação dos conteúdos em ações educativas.

Aquiraz

Monumento símbolo do cinqüentenário da SPHAN/*pró*Memória, no Ceará, escolhido por se tratar de importante exemplar da arquitetura popular da região, o Mercado de Carne de Aquiraz (SPHAN n.º 25, págs. 1 e 2 e n.º 28, pág. 17) está agora totalmente recuperado com a recente conclusão das obras de restauração de seu pavilhão central e do conjunto de lojas que o envolvem, executadas pela SPHAN/*pró*Memória, através da 3.ª Diretoria Regional.

O Mercado, cuja devolução à comunidade de Aquiraz ocorrerá em breve, será utilizado pela Prefeitura Municipal, que utilizará as lojas para a instalação de suas atividades administrativas e para a venda de produtos do artesanato local, principalmente as rendas de bilro, típicas da região.

EXPEDIENTE

Editado pela Fundação Nacional *pró*Memória

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA CULTURA
Celso Furtado

SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL / PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓMEMÓRIA
Oswaldo de Campos Melo

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO
Rodney Dias Ribeiro
Maria da Graça Nobre Mendes
Marcus Vinicius De Lamonica Freire
Francisco Cereto

REVISÃO
Melanie de Oliveira Avellar e Almeida
Sylvio Clemente da Motta

COMPOSIÇÃO
Norivan Rosa da Silva

DIAGRAMAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier e Gioietta Timóteo

ARTE-FINAL
Rita de Cássia Betta Araújo

Cartas

"Desejamos saber se foi interrompida a publicação do Boletim SPHAN/próMemória, editado por essa Fundação, e cujo último exemplar que recebemos foi o de número 36, de maio/junho de 1985. Pela importância do boletim e por sua relevância cultural, esperamos que continue a ser editado. Por isso solicitamos de V. Sas. informações sobre o motivo da suspensão das remessas.

Gostaríamos de reafirmar nosso desejo de continuarmos a recebê-lo, pelo que solicitamos de V. Sas. o envio dos exemplares atrasados, desde o número 37".

— Pedro Belmonte Fraga — Rua Barão de Cotegipe, 149/102 — Salvador — BA.

"Quero agradecer o envio dos Boletins de números 35, 36 e 37. No presente momento, estou fazendo pesquisas importantes. Meus estudos incluem arqueologia brasileira, museologia, arquivos públicos, inscrições rupestres, etc. Gostaria de saber se foram editados outros números além do 37, de 1985".

— Marcos Nunes Filho — Rua Jonas Bastos, 69/201 — Juiz de Fora — MG.

"Recebíamos regularmente, como doação, o Boletim do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Gostaríamos de saber se o referido periódico não é mais publicado ou se a doação foi suspensa. Sendo de grande utilidade em nossa biblioteca, expressamos nosso desejo de continuar a recebê-lo".

— Dorivan Ferreira Gomes — Fundação Universidade de Brasília/Biblioteca Central — Caixa Postal 15.951 — Brasília — DF.

"Estamos interessados em continuar recebendo o periódico da SPHAN/próMemória. Solicitamos, portanto, a gentileza de nos informar se poderemos contar com a sua remessa regular".

— Maria do Carmo Andrade Brandão — Coordenadora da Biblioteca da Fundação João Pinheiro — Alameda das Acácias, 70/2.º andar — Pampulha — Belo Horizonte — MG.

"Durante longo tempo tive a satisfação de receber regularmente os preciosos Boletins SPHAN/próMemória e seus encartes, favorecendo bastante meus interesses de estudo sobre nosso período colonial. No entanto, não mais recebi nenhum boletim ou encarte. Resolvi então solicitar que me sejam enviados os boletins correspondentes aos anos 85, 86 e 87 que, até a presente data, não foram remetidos. Os boletins SPHAN/próMemória e seus encartes são indispensáveis a qualquer estudioso".

— Elisabeth Leite R. de Oliveira — Av. Pedroso de Moraes, 657/33 — São Paulo — SP.

"Estou escrevendo para solicitar a continuidade da remessa da publicação SPHAN/próMemória. Sou pesquisador e estudioso de nossa História e a referida publicação é de grande importância para mim".

— Arnaldo Ferraz de Carvalho Santos — Rua Paulo Alves, 110/303 — Niterói — RJ.

"É com tristeza que constato a paralisação da publicação SPHAN/próMemória, tão importante para a conscientização do povo brasileiro sobre a necessidade de preservar seus valores e bens culturais. Como brasileiro residente no exterior, SPHAN/próMemória era meu único ponto de contato com a política de preservação do nosso Governo, a qual, espero, não tenha sido suspensa, assim como essa publicação".

— Pedro Orlando — York Avenue, 385 ap. 32 F — Nova York — EUA.

"Mi actividad profesional en el campo de la museología y el patrimonio monumental, asi como un gran aprecio por la cultura brasileña con la cual tuve la suerte de tomar contacto siendo alumno del Curso de Administración de Proyectos Culturales de la Fundação Getúlio Vargas (1986), harían particularmente valioso el recibo en forma periódica del Boletín SPHAN/próMemória".

— Prof. Branko Marinov — Comite Nacional Chileno de Museos/ICOM — Casilla 771 — Antofagasta — Chile.

"Acusamos a recepção do último exemplar publicado do Boletim SPHAN/próMemória, que amavelmente nos enviaram. Ficamos a aguardar o envio dos números posteriores, que desde já muito agradecemos".

— Arquiteto Sérgio Infante — Secretário-Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios — Largo da Academia Nacional das Belas Artes, n.º 2/1200 — Lisboa — Portugal.

"Estamos comunicando o recebimento e agradecendo o exemplar do Boletim SPHAN/próMemória. Por ser de grande utilidade para este estabelecimento de ensino, gostaríamos de recebê-lo periodicamente".

— Eny de Moraes Diniz Canet — Diretora da Faculdade de Ciências Humanas do Sul Paulista — Rua Prof. Rivadávia Marques Jr., 338 — Itapeva — SP.

Carta aos leitores

Criado em 1979, o Boletim SPHAN/próMemória circulou ininterruptamente durante seis anos. Sempre procurou atender seus objetivos iniciais de divulgar as ações desenvolvidas pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional próMemória, além de projetos exemplares de outras instituições culturais, junto às comunidades nacional e internacional.

Sensibilizar os profissionais das áreas afins para a importância da preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, promovendo o debate sobre métodos, técnicas, conceitos e políticas que envolvem o tema, sempre foi norma deste veículo.

Após ter sua produção interrompida nos últimos dois anos, o Boletim SPHAN/próMemória, publicação única do gênero no país, volta a merecer a importância que por tanto tempo lhe foi assegurada e hoje é uma das prioridades da direção da SPHAN/próMemória.

Sendo assim, a partir deste número 38, referente aos meses de novembro e dezembro de 1987, o Boletim estará circulando regularmente, com periodicidade bimestral, pelo mesmo sistema de assinaturas.

SPHAN/próMemória